



Relatório INSP-2019-0040

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 21/02/2019 **Hora:** 13:05 **Tipo:** Denúncia (DEN-2019-0003)

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Outros técnicos de entidades oficiais: ---

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no seguimento de uma denúncia apresentada neste serviço por escrito, com a referência DEN-2019-0003, de 2019-01-03.

No local fomos acompanhados pelo Sr. Paulo José Esteves Feijó (gerente).

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Feijós Lda

NIPC/NIF: 512034966

Sede/morada: Rua Velha

Código Postal: 9760-032

Freguesia: Agualva

Concelho: Praia da Vitória

Ilha: Ilha Terceira

Telefone: 295903256

e-mail: feijo.93@hotmail.com

Representante: Paulo José Esteves Feijó

Cargo: Gerente

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Fábrica de blocos

Endereço: Rua Velha

Código Postal: 9760-032

Freguesia: Agualva

Concelho: Praia da Vitória

Ilha: Ilha Terceira

Responsável do estabelecimento: Paulo José Esteves Feijó

Cargo: Gerente

Telefone: 295903256

e-mail: feijo93@hotmail.com



Atividade: Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais similares, em estabelecimentos especializados

CAE: 47523

Período de funcionamento: 9:00 às 12:00 e 13:30 às 18:00

Licenciamento da atividade: ---

Coordenadas UTM
(zona 26):
X: 484710
Y: 4291272



Figura 1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Descrição da situação observada

No local detetámos quatro situações irregulares, nomeadamente a não separação dos resíduos de embalagens de plástico e cartão (sacas de cimento), não identificação dos contentores/recipientes de resíduos, queima de resíduos não perigosos (plásticos e cartão de embalagens e madeira de paletes, além de documentos confidenciais, conforme informação do responsável) e utilização de pneus para fixação do telhado do armazém.

Verificou-se que não há influência com os terrenos circundantes (nem dispersão de resíduos, nem descarga de águas residuais/pluviais contendo restos de cimento).

Foi verificado que dispõe de um posto de abastecimento de combustível de uso particular.

No restante, em termos ambientais, nada mais há a apontar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Foto 1 – Entrada das instalações da fábrica de blocos.



Foto 2 – Posto de abastecimento de combustível (gasóleo) para uso próprio da empresa.



Foto 3 – Armazém de cimento e outros produtos.



Foto 4 – Linha de produção de blocos. Betoneira.



Foto 5 – Linha de produção de blocos.



Foto 6 – Armazenagem de inertes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Foto 7 – Secagem de blocos.



Foto 8 – Armazenagem de resíduos de embalagens de plástico e cartão (sacas de cimento), misturados.



Foto 9 – Pneus colocados na cobertura do armazém, servindo de lastro.



Foto 10 – Vestígios de queima de resíduos.



Foto 11 – Pormenor de queima de resíduos.



Foto 12 – Pormenor de queima de documentos confidenciais.

2.2 – Outras informações obtidas

Foi contactado o Sr. Paulo Borges, da Direção Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC), que nos confirmou que o estabelecimento industrial se encontra licenciado desde 1979, tendo a última vistoria, datada de 22/10/2018, resultado na mais recente renovação de licença (Processo n.º 274, de 06/11/2018), cujo ofício se anexa ao processo.

3 – Infrações/irregularidades detetadas

Foram detetadas as seguintes infrações/situações irregulares:

- a) A utilização de pneus e de pneus usados na fixação de telhados de edifícios em violação do disposto na alínea d) do n.º 1 e 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho. Constitui contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 62.º do Decreto Legislativo Regional 24/2012/A, de 01 de junho;
- b) Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro. Constitui contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro;
- c) A queima de qualquer tipologia de resíduos não perigosos a céu aberto, em violação dos princípios enunciados nos artigos 10.º a 12.º e 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro. Constitui contraordenação ambiental leve prevista na alínea II) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro;
- d) Incumprimento do dever de identificação dos contentores utilizados na armazenagem de resíduos, com nome comum e código LER, em violação do disposto na alínea f) do art.º 33.º do DLR n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.

Constitui contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.

4 – Indicações e medidas propostas

4.1 – Indicações transmitidas

Foram transmitidas as seguintes informações:

1. Os pneus não podem ser utilizados na fixação de telhados de edifícios e deverão ser removidos e encaminhados para operador de gestão de resíduos licenciado para os receber;
2. Existem operadores licenciados para a eliminação de documentos confidenciais, pelo que deverão cessar a queima a céu aberto deste tipo de documentos e encaminhá-los devidamente;
3. Não podem queimar qualquer tipo de resíduos;
4. Os resíduos deverão ser armazenados separadamente, de forma a promover a sua reciclagem.

4.2 – Medidas propostas

Notificar sobre as seguintes situações:

1. Deverá remover os pneus da cobertura do edifício e encaminhá-los para operador de gestão de resíduos licenciado para tal, num prazo de 5 dias;
2. Não poderão queimar qualquer tipo de resíduos, devendo esta prática cessar de imediato;
3. Deverá separar os resíduos produzidos, armazenando em contentores/recipientes separados e devidamente identificados com nome comum e código LER, num prazo de 5 dias;
4. Deverão ser remetidos comprovativos da regularização das situações detetadas no prazo acima indicado (5 dias).

Angra do Heroísmo, 26 de fevereiro de 2019

O Inspetor



(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)